



## EM BUSCA DAS BASES TEÓRICAS PARA A PRÁTICA EDUCATIVA DO PROFESSOR EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

Diego Marques da Silva

Álvaro Lorencini Júnior

Universidade Estadual de Londrina, Rodovia Celso Garcia Cid, Pr 445 Km 380, Campus Universitário, Cx. Postal 6001, CEP 86055 - 900, Londrina - PR. E - mail do autor: m4ka@hotmail.com

### INTRODUÇÃO

Os últimos 40 anos foram palco de diversos eventos que apontaram para a necessidade da manutenção e melhoria da qualidade ambiental, e para isso a transformação da ética e moral dos indivíduos e da sociedade em relação ao ambiente por meio da Educação Ambiental.

O conceito de Educação Ambiental adotado pelo presente trabalho deriva do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (Teass; 1992) junto aos pressupostos pedagógicos da Declaração da Conferência Internacional de Tbilisi (1977), que de acordo com Pedrini (2007) “formam, juntos, um arsenal conceitual da EA perseguida no planeta”.

O Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA; 2005) adota integralmente o conceito de Educação Ambiental presente no Teass (1992), e trata como sendo objetivo geral da Educação Ambiental o respeito a todas as formas de vida existentes no planeta. Descreve que deve promover a transformação humana e social a fim de criar comunidades socialmente justas e ecologicamente equilibradas. De acordo com o tratado, o ser humano e as sociedades devem apresentar responsabilidade a nível local, nacional e global, assim como compreensão da natureza sistêmica das crises que as afetam para que as diversas, porém interligadas, comunidades possam planejar suas próprias alternativas às políticas vigentes, consideradas pelo tratado como principal fonte das crises atuais.

De acordo com as recomendações da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental aos Países Membros, 1977, que segundo Sato (2003, p.23) teve a maior aceitabilidade internacional, a Educação Ambiental deve buscar alcançar seus objetivos a partir: da orientação e articulação de diversas disciplinas e experiências educativas, facilitando a percepção integrada do meio ambiente e compreendendo sua natureza complexa; da fomentação dos valores éticos, econômicos e estéticos do indivíduo; e da estruturação das suas atividades em torno de problemas concretos. Além disso, deve ser um processo contínuo, incluindo todas as idades e classes e através do aproveitamento de todos os

meios públicos e privados que a sociedade dispõe para a educação de seus cidadãos. Declara também que a Educação Ambiental deve vincular - se à legislação (IBAMA, 2008). Em 1999, o Governo Federal decretou a Lei 9795/99, declarando que a EA deve ser implementada em todos os níveis e idades. De acordo com essa mesma lei, educação ambiental é entendida pelos “processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente” (Ministério do Meio Ambiente).

Para Sato (2003, p.24) a Educação Ambiental objetiva alcançar nos indivíduos envolvidos no processo educacional: a sensibilização ambiental, considerado o objetivo primeiro; a compreensão ambiental; a responsabilidade ambiental; a competência ambiental e a cidadania ambiental. Objetivos esses já descritos pelo Teass (1992), pelas recomendações dadas pela conferência de Tbilisi e pela própria Lei 9795/99, porém descritos por Sato (2003, p.24) de maneira mais sucinta e objetiva. Outros importantes autores também, em seus trabalhos, entram em concordância com tais objetivos (Jacobi, 2003; Guimarães, 2004; Tristão, 2005).

De acordo com os princípios e objetivos da Educação Ambiental descritos aqui, considera - se então que é preciso que o indivíduo desenvolva habilidades como o pensamento crítico - reflexivo, a capacidade de compreensão, o saber fazer, a criatividade, dentre outras. Entretanto, para se alcançar os objetivos propostos é preciso tomar como base as características do ambiente e do processo educacional, conhecendo assim os limites e possibilidades de se trabalhar com a junção das duas dimensões, para que se possa traçar estratégias e determinar metodologias.

É importante notar que os objetivos da Educação Ambiental coincidem muito com os objetivos gerais da Educação propriamente dita (Sato, 2003, p. 27). LoureiroO (2004) entra em concordância e diz que a adjetivação ambiental tenta destacar a compreensão holista e sistêmica do ambiente esquecidas historicamente pela educação, que se bastava às questões estritamente humanas. Assim a educação ambiental assume desafios já apontados na educação propriamente

dita.

A falta de preparo e adequada postura do educador é um desafio importante para destaque. Muitas vezes, mesmo com o tudo a favor, esse aspecto impossibilita que o processo educacional ocorra pelos moldes propostos pela Educação Ambiental. Uma característica que o professor deve apresentar é a postura política, no sentido mais amplo da palavra, durante o processo educativo (Freire, 1987; Sato, 2003; Tristão, 2005), o que leva ao entendimento e ao pensamento crítico do aluno sobre os temas mais controversos (Sato, 2003, p.27). Nas palavras de Tristão (2005), “quanto mais amplo for o domínio da política, maior será a liberdade e, conseqüentemente a participação”, a cidadania. De acordo com Sato (2003, p.27) os educadores muitas vezes se apresentam neutros, negligenciando suas opiniões por falta de conhecimento ou por insegurança, o que os torna apolíticos.

Por outro lado o processo pode ser prejudicado por uma postura absoluta do educador, impedindo a prática dialógica do aluno e conseqüentemente o pensamento crítico (Sato, 2003, p.27). Nesse caso a linguagem do educador adota verdades absolutas, objetivas e universais, fazendo com que o aluno conheça o ambiente como “o outro de si”, deixando de ser, para si, um coadjuvante no ambiente (Tristão, 2005). O problema da postura absoluta não se encerra aí, a falta do pensamento crítico do educando e sua não percepção de seu papel de coadjuvante leva também à não sensibilização deste com as crises, à não compreensão do ambiente complexo que, não sendo idêntico a ele, a ele é recíproco, pois sua destruição significa sua própria destruição, ao não senso de responsabilidade, pois não é responsável por algo a que não tem ligação, à não competência pelo não entendimento e à não cidadania, pois se conforma e busca se adaptar.

Outros autores também apontam para esse problema educacional, Loureiro (2004) denomina a educação que adota essa postura absoluta como “convensional”, fazendo referência à prevalência desta na sociedade. Guimarães (2004) denomina como “conservadora”, mostrando seu caráter reacionário. Freire (1987) denomina como “bancária”, pois esta se dá de forma unidirecional, na qual o educando é o depositário de informações absolutas narradas e discursadas pelo educador. Jacobi (2004) diz que essa concepção educacional vê como seu foco o conhecimento retido pelo indivíduo e sua transformação completada, acreditando que a sociedade se faz unicamente pela soma de seus indivíduos, negando a complexidade das relações sociais e ambientais.

A postura do educador em Educação Ambiental, portanto, deve ser “substancialmente política e adjetivamente pedagógica”, e o problema central nesse caso se encontra em “como os alunos conhecem os conteúdos, [...] como os aprendem” (Sato, 2003, p.30) e como desenvolvem suas habilidades em processos educativos para que se possa propor uma prática educativa eficiente na tentativa de se alcançar os objetivos propostos pela Educação Ambiental. Nesse caso, se considera no presente trabalho que as alternativas ao problema apresentado possam se apresentar nas teorias pedagógicas e educacionais de importância presentes na literatura.

## OBJETIVOS

Elaborar de maneira teórica, por meio da revisão bibliográfica sobre as teorias pedagógicas e educacionais de importância presentes na literatura, um ensaio sobre uma prática educativa que possa se apresentar eficiente na busca pelos objetivos propostos pela Educação Ambiental, descrevendo - a de maneira que possa ser consultada e utilizada por educadores e pesquisadores na prática.

## MATERIAL E MÉTODOS

Através da leitura, análise, interpretação e triagem de teorias, pesquisas e documentos importantes na área da educação e pedagogia, foi desenvolvida um modelo de prática considerada qualitativamente eficiente em Educação Ambiental, a fim de superar o problema da postura absoluta do educador durante o processo educacional.

## RESULTADOS

Na intenção de se resolver o problema central da educação ambiental, sobre como os alunos conhecem os conteúdos, como os aprendem e como desenvolvem suas habilidades, considera - se o educador peça chave no processo educativo, pois as condições de aprendizado promovidas por ele, se preparado e com postura adequada, são fatores essenciais no desenvolvimento das habilidades mentais dos educandos. Vigotsky (1994) faz considerações importantes sobre a interação entre o aprendizado e o desenvolvimento das habilidades. Para ele é considerado verdadeiro que certos tipos de aprendizado só são possíveis de acordo com o nível de desenvolvimento que o indivíduo se encontra, como demonstra Piaget na época, entretanto o caminho inverso também ocorre. O nível de desenvolvimento em que um indivíduo se encontra é composto pelas habilidades já completamente desenvolvidas e por aquelas que estão ainda em processo de desenvolvimento. A teoria desenvolvida por VIGOTSKY (1994) mostra que o processo de desenvolvimento das habilidades é desencadeado pelo aprendizado que o indivíduo realiza ao resolver problemas que exigem habilidades ainda em desenvolvimento, e para isso só podem ser resolvidos com a ajuda de outro indivíduo, ou seja, pelo convívio social.

Dessa forma, a Educação Ambiental não deve se restringir ao aprendizado individualizado dos conteúdos escolares, mas deve acontecer na relação do um com o outro e do um com o mundo, afirmando que a educação se da na relação (Guimarães, 2004), tecendo assim as potencialidades da ação, da política, da emoção e da formação da autoconsciência (Tristão, 2005). Percebe - se, portanto, a importância de um educador que facilite a criação das condições de desenvolvimento de habilidades através da criação de condições ideais de aprendizado, como: a relação harmônica entre educador e educando, que fornecerá o aprendizado formal ou não - formal; o convívio social do indivíduo no cotidiano, que fornecerá o aprendizado informal; e os trabalhos em grupo na solução de problemas, uma vez que os indivíduos estariam se ajudando em etapas da

solução que não conseguiriam encontrar de maneira individual ou então elaborariam de maneira diferente.

O problema central da Educação Ambiental pode ter sua solução em parte apresentada pelas teorias sócio - interacionistas de Vigotsky (1994), que propõe a interação social do educando como fator principal do desenvolvimento das habilidades através do aprendizado. Agora resta saber de que maneira pode - se proporcionar essa interação social de maneira adequada. Como analisou Freire (1987) e Sato (2002, p.27) as relações educador - educando na escola têm uma característica especial e marcante de serem fundamentalmente “narradoras e dissertadoras”, de serem absolutistas por parte do educador, contrapondo ao diálogo, peça chave no convívio social adequado. De fato, esse aspecto pode ser também com facilidade observado por muitas pessoas que já passaram ou estão na idade escolar (senso comum).

Para um processo educacional eficiente em Educação Ambiental e para a criação de condições necessárias ao desenvolvimento das habilidades humanas é necessário que o educador haja através de uma postura que contrarie essa situação, denominada, por Freire (1987), “educação bancária”. “No campo da abrangência da educação e suas abordagens, a influência de maior destaque encontra - se na pedagogia inaugurada por Paulo Freire” (Loureiro, 2004). Para o processo educacional efetivo, FREIRE (1987) propõe a “educação problematizadora”, essencialmente e verdadeiramente libertadora e humanista. Essa educação propõe que o objeto cognoscível, que é o mundo nas palavras de Freire (1987), e aqui considerado como sendo sinônimo de ambiente, deva ser o objeto mediatizador do processo educacional no qual “os homens se educam em comunhão”. Nesse processo, através de uma “via de mão dupla”, onde o educador também se torna educando e o educando educador, o educador apresenta o objeto cognoscível, o qual é envolvido em um ato cognoscente pelo educador juntamente aos educandos, gerando uma situação em que o próprio ato cognoscente dos indivíduos se torna também objeto cognoscível.

Na concepção problematizadora da educação o indivíduo envolvido deve se perceber sempre como um ser histórico e inacabado, portanto estando em constante transformação e tendo o poder de transformar (Freire, 1987; Loureiro, 2004). Deve - se também sentir - se parte integrante do ambiente, sentindo - se desafiado constantemente pelos problemas que dele emergem, adquirindo assim a necessidade de visão crítica para enfrentá - los. Através do enfrentamento dessa realidade tem ainda a compreensão de novos desafios “que vão surgindo no processo da resposta, [...] como compromisso. Assim é que se dá o reconhecimento que engaja” (Freire, 1987), que torna o indivíduo sensibilizado, compreensível, responsável, competente e cidadão.

Na literatura específica sobre Educação Ambiental encontramos uma concepção bastante próxima da “educação problematizadora”, adjetivada de “crítica” e apresentada em ensaios de Guimarães, 2000, apud Pedrini, 2007; Guimarães, 2004; e Carvalho, 2004, apud Pedrini, 2007. Entretanto, Freire (1987) faz um alerta sobre as armadilhas nas quais os educadores que se propõem a seguir essa concepção problematizadora ou crítica da educação podem cair. “Envolvidos pelo clima gerador da concepção “bancária” e

sofrendo sua influência, [os educadores] não chegam a perceber seu significado ou a sua força desumanizadora. Paradoxalmente, então, usam o mesmo instrumento alienador, num esforço” libertador, servindo - se então à “educação bancária” e deixando de alcançar seus objetivos, propostos pela Educação Ambiental.

Para evitar que o processo educacional se perca por conta dessa situação a pesquisa - ação se faz uma ferramenta importante. Investigação - ação, que é como é classificada a pesquisa - ação por Tripp (2005), “é um termo genérico para qualquer processo que siga um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela”. Assim sendo, a principal finalidade da pesquisa - ação na prática educativa problematizadora é realizar a monitoria e melhoria da prática através de sua investigação. A pesquisa - ação, também se faz importante caso o investigador queira publicar seus registros. Pedrini (2007) diz que a pesquisa - ação é um método qualitativo de investigação e um dos mais utilizadas por educadores ambientais.

## CONCLUSÃO

A Educação Ambiental não pode, portanto, acontecer pela prática de simplesmente se depositar no educando o conteúdo aprendido pelo educador durante o ato cognoscente, como ocorre na educação “bancária”. Deve sim, acontecer pela prática do próprio ato cognoscente, promovendo o diálogo, a reflexão, o pensamento crítico e as transformações, como propõe a “educação problematizadora”, e assim promovendo o desenvolvimento das habilidades necessárias aos objetivos propostos na Educação Ambiental.

Considera - se então que com a utilização metodológica da concepção “problematizadora” da educação, e com a constante investigação da própria prática educativa a fim de melhorá - la e não deixar que se percam os objetivos visados pela prática, pode - se alcançar com eficiência os objetivos propostos pela Educação Ambiental.

Sendo o presente trabalho apenas um ensaio sobre a prática educativa proposta, percebe - se a necessidade de se testá - la na prática. Então, ainda durante o ano 2009, a prática proposta será investigada por dois projetos de monografia em andamento pelo autor do presente trabalho. Um projeto visa testar a prática em uma situação não - formal de educação, através do planejamento de uma trilha interpretativa juntamente aos educandos, semelhante ao trabalho descrito por Cazoto e Tozoni - Reis (2008). O outro visa a aplicação em um ambiente formal de um curso pré - vestibular.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9795/1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e de outras providências. Diário Oficial da União, 28 Abr, 1999. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legipesq.cfm?tipo=>

1&numero=9795&ano=1999&texto= >. Acesso em 4 Maio 2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Educação. Programa Nacional de Educação Ambiental. Disponível em <[http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/\\_arquivos/pronea3.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/pronea3.pdf)>. Acesso em 31 Mar. 2009.

Freire, P. A concepção “bancária” da educação como instrumento da opressão. Seus pressupostos, sua crítica. In: *Pedagogia do Oprimido*. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 57 - 75.

Guimarães, M. Educação Ambiental Crítica. In: Ministério do Meio Ambiente. *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Brasília: 2004, p. 25 - 34.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. *Educação ambiental: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi*. Brasília - DF: IBRAMA, 2008.

Jacobi, P. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, 2003, n. 118, p. 189 - 205.

Loureiro, C. F. B. Educação Ambiental Transformadora. In: Ministério do Meio Ambiente. *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Brasília: 2004, p. 65 - 84.

Pedrini, A. de G. Um caminho das pedras em educação ambiental. In: Pedrini, A de G. (Org). *Metodologias em Educação Ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2007, v. 1, p. 23 - 51.

Sato, M. *Educação Ambiental*. São Carlos: RiMa, 2003. 66p.

Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global. Rio de Janeiro, jun. 1992. Disponível em <<http://www.ufpa.br/npadc/gpeea/DocsEA/TratadoEA.pdf>>. Acesso em 31 Mar. 2009.

Tripp, David. Pesquisa - ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*. 2005, vol. 31, no. 3, p.443 - 466. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf>>. Acesso em 20 Abr. 2009.

Tristão, M. Tecendo os fios da educação ambiental: o subjetivo e o coletivo, o pensado e o vivido. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 251 - 264, 2005.

Vigotsky, L. S. Interação entre aprendizado e desenvolvimento. In: *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994. p.103 - 119.